

ARTUSO, Vicente. *A revolta de Coré, Datã e Abiram (Nm 16-17): Análise estilístico-narrativa e interpretação*. São Paulo: Paulinas, 2008. 21 x 14 cm., 349 p.

Ney Brasil Pereira\*

O título do livro, com seu subtítulo, define bem o assunto. Como se lê na contracapa, temos aqui

*um estudo exegético detalhado de Nm 16-17, concluindo com o sentido do texto e sua teologia. Trata-se de uma narrativa de conflito das lideranças (Nm 16) e do povo, contra Moisés e Aarão (Nm 17), conflito que termina com o castigo dos revoltosos e a confirmação de Aarão como líder do povo. A narrativa deixa clara a intenção de atemorizar aqueles que ousassem ficar contra a autoridade de Aarão, o qual, nessa história, representa o sumo sacerdote pós-exílico. O enredo foi escrito do ponto de vista dos que estavam no poder. Ao contrário do que aconteceu em Ex 3,7-8, Deus aparece aqui do lado das autoridades, e não escuta (!) o clamor do povo...*

Não é preciso ressaltar a importância do tema, tratando-se do conflito entre o povo e o poder, conflito frequente ao longo da história da humanidade, marcada até nossos dias por constantes movimentos de revolta, entre os quais baste ressaltar, no campo religioso, no início do século XVI, a Reforma (revolta!) de Lutero e, no campo político, no final do século XVIII, a Revolução francesa.

No breve prefácio, o autor explica que o livro é uma obra parcial, não abrangendo todos os aspectos que um leitor exigente esperaria encontrar. Trata-se, diz ele,

*com exceção da introdução, do primeiro capítulo e da conclusão, acrescidos e modificados, do conteúdo da segunda parte da minha tese de doutorado, privilegiando, como se lê no título, a análise estilístico-narrativa e a interpretação.*

\* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas pelo Instituto Bíblico de Roma (1973) e, desde então, professor no ITESC, agora FACASC, em Florianópolis.



De fato, quem quer realmente aprofundar o texto de Nm 16-17, lê o livro com gosto. A exposição é bem estruturada em seus dez capítulos, além da Introdução (pp. 13-19) e das “Considerações finais”, à guisa de conclusão (pp. 309-328). As notas de rodapé são abundantes, como convém a uma tese, mas não são pesadas, e as referências bibliográficas se estendem por 21 páginas, estranhamente não numeradas, no fim do volume. A revisão foi cuidadosa, observando-se raras falhas nesse aspecto. Um detalhe muito simpático, benevolente para com o leitor, é a tradução das numerosas citações do hebraico.

**Quanto à sua análise**, o autor adverte que “não tem a pretensão de investigar as fontes ou camadas redacionais, nem abordar os problemas de ordem histórica sobre os motivos e objetivos de Nm 16-17”. Ele interpreta o texto partindo de sua forma final,

*como uma composição sacerdotal, que retrata uma época de conflitos entre, de um lado, sacerdotes e, do outro, leigos e levitas, na época de Esdras e Neemias (400-350 a. C.). Nesse contexto é bem provável que os nomes de Datã e Abiram tenham sido inseridos nas passagens sacerdotais (P), enquanto os textos de Coré foram entrelaçados com os textos da tradição de Datã e Abiram mediante algumas bem situadas costuras redacionais (cf Nm 16,23-24.27.32), nas quais aparece clara a intenção de compor uma só história (pp. 15-16).*

“A contribuição do trabalho”, diz o autor,

*está na sua forma de abordagem e na soma de detalhes na análise e interpretação de todo o texto. [...] A intenção do redator final foi reunir o conflito político e religioso em um único evento, como uma história arquetípica de rebelião fragorosamente fracassada contra a autoridade de Moisés e Aarão, que é interpretada como revolta contra Deus. [...] A inserção da revolta de Datã e Abiram tem o objetivo dramático de hostilizar os levitas como um grupo rebelde e merecedor do castigo divino (p. 16).*

Mais adiante, o autor justifica porque priorizou o método sincrônico:

*A análise sincrônica é mais positiva e revela uma estruturação ordenada sob o ponto de vista estético e temático de Nm 16 unido a Nm 17. De fato, o texto em sua redação final é maior que cada uma das diferentes camadas redacionais que possam ter feito parte de sua composição (p. 16).*

Quanto ao trabalho como tal, o autor o divide em **dez capítulos**, incluindo o primeiro sobre o conjunto do texto de Nm 16-17: delimitação,



contexto literário, tradução literal, e notas de crítica textual (pp. 21-48). O segundo capítulo, abordando Nm 16,1-11, é intitulado “Coré e seu grupo contra Moisés e Aarão”, e desenvolvido em três pontos, como os restantes capítulos: 1. Organização do texto; 2. Elementos estilísticos e narrativos; 3. Interpretação (pp. 49-103). O terceiro, abordando Nm 16,12-15, é intitulado “Datã e Abiram contra Moisés” (pp. 105-133). O quarto, Nm 16,16-19a, trata do “confronto no ritual do incenso” (pp. 135-158). O quinto, Nm 16,19b-24, apresenta “a manifestação de YHWH e a instrução” (pp. 159-183). O sexto, Nm 16,25-30, aborda “a separação dos revoltosos e o anúncio do castigo” (pp. 185-206). O sétimo, Nm 16,31-35, descreve “a destruição dos revoltosos” (pp. 207-228). O oitavo, Nm 17,1-5, comenta “as disposições sobre os incensórios” (pp. 229-255). O nono, Nm 17,6-15, relata “a revolta do povo e a intervenção de Aarão” (pp. 257-283). Enfim, o décimo, Nm 17,16-28), descreve “a vara de Aarão diante do Testemunho” (pp. 285-307).

As **Considerações finais** (pp. 309-328) agrupam-se em quatro pontos, apresentados pelo autor como “quatro argumentos em favor da unidade do texto de Nm 16-17, considerado como um enredo de conflito de autoridade que culmina consolidando Aarão como o eleito” (p. 310): 1) A revelação progressiva do eleito Aarão (pp. 311-313); 2) O nome de Aarão escrito sobre a vara de Levi, v.18a (pp. 313-314); 3) A apresentação e a colocação da vara diante do Testemunho, v. 25 (p. 314); 4) A reação dos filhos de Israel, vv. 27-28 (pp. 314-315).

Segue, concluindo, o **Sentido do texto final de Nm 16-17**, exposto em três “temas ou chaves teológicas”: 1) Defesa da instituição do sacerdócio aaronita<sup>1</sup>, na realidade, sadocita (pp. 315-321); 2) Crítica às instituições com poder centralizador (pp. 321-324); 3) Revelação de crise nas relações entre povo e liderança (pp. 324-328). Segundo o redator de Nm 16-17,

*aceitar ou não a liderança sacerdotal sadocita no período pós-exílico é um fator determinante para “prosseguir rumo à Terra prometida ou retroceder, rejeitando o projeto do Êxodo”. Esse parece ser um primeiro motivo da memória da revolta do grupo de Datã e Abiram e do grupo de Coré, também no Salmo – pós-exílico! – 106,16-18 (pp. 318-319).*

O autor comenta:

*No período pós-exílico, com as reformas de Esdras e Neemias, os levitas acabaram privados de seus direitos de participar do Santuário, pois eram as autoridades sacerdotais através do sumo sacerdote que mantinham o*

<sup>1</sup> Não sei por que, o autor escreve sempre “aronita”.



*monopólio das funções cultuais. Portanto, os conflitos e revoltas narrados em Nm 16,17 espelham esses conflitos em torno das funções cultuais dos diferentes grupos nesse período (p. 320).*

Outro comentário:

*Os conflitos eram sinais da necessidade de reavaliar as pretensões dos líderes no poder, à luz de um projeto mais democrático e de uma participação mais efetiva no culto. O movimento de oposição defendia o culto como uma instituição da comunidade, com base no princípio de que toda a congregação é santa. Esse princípio era o mesmo defendido pela tradição sacerdotal: Ex 19,5-6; Nm 15,40. O que mudou foi o conceito de santidade entendido como separação, que justificava a separação entre sagrado e profano, entre sacerdotes e leigos (p. 321-322).*

Não foi por nada que o Vaticano II redescobriu, ou reafirmou, o que Lutero também pleiteava, aliás de acordo com a terminologia do Novo Testamento, que jamais aplica às lideranças cristãs uma dignidade sacerdotal exclusiva. Pelo contrário, segundo o Novo Testamento, na 1Pd 2,9 e no Ap 1,6, a dignidade sacerdotal pertence a todos os batizados: *Vós sois um sacerdócio real, a nação santa... Ele fez de nós – todos nós! – “reino e sacerdotes para Deus seu Pai”*... retomando Ex 19,6 e Is 61,6. E ainda:

*A história da revolta fracassada dos líderes contra Moisés e Aarão, mediante o castigo implacável de YHWH, que elege e confirma Aarão a seu serviço, prestava-se muito bem para consolidar o projeto sacerdotal sadocita e a sua liderança, sem revoltas e murmurações (p. 323).*

Ainda o autor:

*Na “queda de braço”, o poder dos grupos populares perdeu o confronto. Não se notam perspectivas de mudança em favor de um diálogo com grupos de oposição ao poder. Os líderes da oposição são aniquilados, enquanto os filhos de Israel sobreviventes ficam muito enfraquecidos e vencidos pelo medo (pp. 325-326).*

Continua o autor:

*O movimento que deveria avançar rumo à libertação acabou seguindo a direção contrária, retornando à situação de escravidão como no Egito. Moisés é acusado de se tornar “príncipe” sobre o povo (Nm 16,13)... Aqui, não foi o povo que pediu um líder, um rei, como as outras nações (cf. 1Sm 8,5), mas de fato foi o líder que adotou práticas autoritárias (cf. Nm 16,13b), à semelhança dos chefes das nações que as dominam (cf. Mc 10,42).*



E ainda:

*Não consta, nos relatos, que houve paz no meio do povo, como se poderia esperar de um enredo de conflito-solução de conflito. O que houve foi pacificação com meios repressivos. Esse detalhe desautoriza a prática autoritária para reprimir as revoltas... (p. 327).*

De fato, pouco mais adiante,

*em Nm 20,2-3 o povo tornou a revoltar-se contra Moisés e Aarão. A forma de repressão das revoltas ajudou a frear a marcha rumo à libertação e acentuou as crises. Nesse quadro sombrio da história, o povo não é livre, caminha sob o regime do medo; os líderes maiores se colocam acima da assembleia... E YHWH se revela ao lado dos líderes e contra aqueles que protestam! Trata-se, pois, de uma situação que destoa do projeto de uma sociedade mais igualitária, conforme a proposta libertadora do Êxodo. Nessa revolta, quem venceu foi o mais forte; o mais fraco foi aniquilado, e aqueles que restaram se renderam enfraquecidos. O leitor que se identifica com o grupo da resistência irá concluir que o medo venceu a esperança (p. 328).*

Como já afirmei acima, o autor, Vicente ARTUSO, fez um excelente trabalho de exegese e hermenêutica, ajudando o leitor da Bíblia a entender melhor e a refletir criticamente sobre o sentido, agora, desses dois capítulos, tão atuais, apesar de redigidos há tanto tempo. Impressiona, entre outras coisas, a transparência do texto bíblico, que não tem receio de expor claramente, desde o início do texto, o motivo, legítimo, do não conformismo de Coré, Datã e Abiram, contra Moisés e Aarão: “*Basta! Todos os membros da comunidade são santos, e o Senhor está no meio deles. Com que direito vos colocais acima da assembleia do Senhor?*” (Nm 16,3) A propósito, esse mesmo questionamento, levantado por Lutero há 500 anos, foi retomado no Vaticano II, concluído com o reconhecimento do sacerdócio “comum”, batismal, de todos os cristãos e cristãs, a cujo serviço (!) está o sacerdócio “especial”, ministerial. Senti falta, pelo menos entre as conclusões do livro, dessa possível atualização, ou seja, a aplicação da pesquisa em nosso momento eclesial.

Senti falta, igualmente, de alguma referência ou comentário aos **textos sapienciais sobre Aarão**, no livro do Sirácida e no livro da Sabedoria. Creio que não deveriam ser ignorados nesta análise de Nm 16-17. Quanto ao **Sirácida**, ou **Ben Sirá**, chama a atenção o relevo que ele dá à figura de Aarão, no seu famoso “Elogio dos Pais” (Eclo 44-49).



Se a Moisés ele dedica sete versículos (Eclo 44,27—45,1-6), a Aarão consagra nada menos que vinte e um (Eclo 45,7-27)! É interessante o modo acrítico como o Sirácida se refere à revolta de Datã, Abiram e Coré, assumindo a posição condenatória do redator final: “[O Senhor] deu-lhe [a Aarão] autoridade sobre seus preceitos e sobre o teor dos mandamentos, para ensinar a Jacó seus testemunhos e iluminar Israel mediante a lei. Mas estranhos sublevaram-se contra ele e por inveja o cercaram no deserto, aqueles que estavam com Datã e Abiram e o bando de Coré, raivosos e furiosos. O Senhor Deus viu e se indignou, e foram consumidos pelo ímpeto de sua ira: suscitou contra eles prodígios tremendos, e os exterminou com chamas de fogo. E aumentou ainda mais a glória de Aarão...” (Eclo 44,21-24)<sup>2</sup>.

Da mesma forma, o autor do **Livro da Sabedoria**, referindo-se à intervenção de Aarão, que fez “cessar a praga” (cf Nm 17,11-14), toma Coré simplesmente como culpado, sem qualquer escusa, e se esmera em glorificar o sumo sacerdote e seu poderoso ministério. Vale a pena transcrever esse texto (Sb 18,20-25), apesar de longo: “... e aconteceu no deserto a morte de uma multidão, mas a tua ira não perdurou por muito tempo. Pois um homem irrepreensível [Aarão] apressou-se em lutar por eles, sobraçando o escudo do seu ministério: a oração e a propiciação pelo incenso. Ele resistiu à Ira e pôs fim à fatalidade, demonstrando que era teu servo. E assim venceu a Ira, não pela força corporal nem pelo poder de alguma armadura, mas pela Palavra submeteu o Castigador, recordando os juramentos e as alianças dos Pais. Como já em multidão caíssem mortos, uns sobre os outros, ele [Aarão] interveio e sustou a arremetida da Ira, barrando-lhe o caminho que levava aos que ainda viviam. Na sua veste sacerdotal estava representado todo o orbe terrestre, as façanhas dos Pais, no entalhe das quatro ordens de pedras, e a tua Majestade, no diadema da sua cabeça. Diante dessas coisas, o Exterminador parou e delas teve medo: a simples amostra da tua Ira já era suficiente”. Repito: a referência a esses dois textos paralelos, posteriores, teria contribuído<sup>3</sup> para a completude da “análise estilístico-narrativa e interpretação” de Nm 16-17.

Agora, não mencionando alguns detalhes de revisão, menos importantes, assinalo o seguinte: 1) na p. 107, na antepenúltima linha da

<sup>2</sup> Tradução e numeração da Bíblia da CNBB.

<sup>3</sup> Segundo o conhecido adágio, atribuído a São Jerônimo: *Scriptura sui ipsius interpres*, isto é, a Escritura é o melhor intérprete dela mesma.



nota 6, o texto deve ser: “a *contestação de Moisés por Datã e Abiram*” e não “o conflito de Moisés contra Datã e Abiram”. 2) na p. 110, no fim da 3ª linha da 2ª alínea: “Se Moisés *os fez saírem...*”, e não “*não os fez saírem*”. 3) na p. 118, pela metade da página, e também na nota 33, o autor diz que “fazer subir” é o verbo do Êxodo para indicar a passagem de uma terra para a outra. Mas não: tanto do Egito para a Terra Prometida, como da Babilônia para Jerusalém, o “fazer subir” indica a subida geográfica de uma região baixa, ou mais baixa, para “a montanha” ou o “planalto” de Judá. Exatamente como, nos evangelhos, se fala sempre de “subir” a Jerusalém, porque Jerusalém está no alto. 4) na p. 174, pela metade: Moisés e Aarão “são separados da congregação *para serem poupados de...*” e não: “para ser privados de”. 5) na p. 182, no começo e no fim da 1ª alínea: “que a congregação *se afaste* do redor da habitação de Coré”, e não “*se levante* do redor”. 6) na p. 231, pelo final da primeira nota, fala-se da “Vulgata”. Pergunto: é a Vulgata mesmo, ou a “Nova Vulgata”? Aliás, nas “Referências Bibliográficas”, entre os “Instrumentos de trabalho”, menciona-se a “Vulgata”, ed. de Colunga e Turrado, 1946, e não se menciona a “Nova Vulgata”, promulgada em 1978/1986. 7) na pág. 277, nota 45, o nome de *Orígenes* saiu como “Orígenes”. 8) na pág. 297, na nota 17, a referência à *Revue Biblique* está incompleta: falta a indicação do ano do mencionado “n. 3”. O problema se repete na nota 32 da pág. 304. 9) na pág. 319, a mera citação do Sl 106,16 ajuda pouco: valeria a pena transcrever todo o texto, que inclui os dois versículos seguintes: Sl 106,16-18. 10) na pág. 328 há dois pleonasmos: um na primeira linha, “o povo *novamente* *voltou* a revoltar-se”, e outro mais abaixo, “*poderá reiniciar* *nova* luta”. No fim da 4ª linha da mesma página, em vez de “*caminha sobre* o medo”, deve ser “*sob* o medo”.

Terminando, reafirmo minha impressão muito positiva do livro. Para os iniciantes nos meandros da exegese do Antigo Testamento, em nossos cursos de Teologia, é uma excelente contribuição que nos oferece o autor. Parabéns, e continue brindando-nos com outros frutos de suas pesquisas e seus conhecimentos.

*E-mail do Recensor:*

ney.brasil@itesc.org.br



FONSECA, Joaquim (org.). *Assembleia: povo convocado pelo Senhor*. Em memória do padre Joseph Gelineau. São Paulo: Paulus, 2014, col. Liturgia e Música, vol. 11. Trad. Pe. José Weber, 13,5 x 21 cm, 112 p.

Ney Brasil Pereira \*

Em tradução cuidadosa do Pe. José Weber, reconhecido nacionalmente como um dos grandes compositores da música litúrgica em nosso país, a coleção “Liturgia e Música”, da Paulus, nos oferece mais um de seus títulos, o vol. 11, dedicado à extraordinária obra musical e pastoral do Pe. Joseph Gelineau, falecido em 2008. O vol. 9 da coleção, lançado em 2013, com o título “*Os cantos da Missa no seu enraizamento ritual*”<sup>1</sup>, é o último livro do próprio Pe. Gelineau, publicado na França em 2001. Como aquele, também este livro conta com a apresentação de Frei Joaquim Fonseca, coordenador da coleção.

Cito Frei Joaquim: “O livro que agora temos em mão – o vol. 11 – contém cinco artigos publicados na revista francesa “*La Maison-Dieu*”<sup>2</sup>, a saber: 1) ‘A serviço das assembleias celebrantes: a eclesiologia de J. Gelineau’; 2) ‘O padre Gelineau através de *La Maison-Dieu*’; 3) ‘J. Gelineau e *Universa Laus*; fundação e desenvolvimento de uma rede de música litúrgica’; 4) ‘J. Gelineau: a música a serviço do rito e da palavra’; 5) ‘A atualidade da obra de J. Gelineau’. Como se vê pelos títulos, esses textos, nas suas diversas abordagens, ajudarão o/a leitor/a a inteirar-se da vastidão e relevância da obra de J. Gelineau” (p. 6). O apresentador adverte que os 5 artigos são precedidos pelo Editorial da revista, o qual, “além de trazer a lume algumas curiosidades sobre o ilustre homenageado, nos dá uma panorâmica desses artigos” (p. 6).

Na **Introdução**, que é o mencionado Editorial, senti falta da identificação de seu autor, Jean-Claude Crivelli (p.7), enquanto os autores dos cinco artigos estão todos identificados. Crivelli começa falando das composições mais características do Pe. Gelineau, seus tons de salmos, lançados em 1953, dez anos antes da promulgação da *Sacrosanctum Concilium*, o primeiro dos documentos do Vaticano II. Fala também do

\* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e, há mais de 40 anos, regente do Coral da Catedral de Florianópolis, SC.

<sup>1</sup> Ver minha recensão desse livro nesta Revista.....

<sup>2</sup> “*La Maison-Dieu*”, n. 259, 2009/3, número integralmente dedicado ao Pe. Gelineau.



“sacrifício nupcial do som”, e do caráter “essencialmente mistagógico” do canto litúrgico. Afirma que Pe. Gelineau foi

*um verdadeiro teólogo da ação litúrgica, que operava não a partir de uma sistemática preconcebida, mas sempre a partir da observação daquilo que se trama na celebração. Do érgon ritual, ele deduzia o sentido profundo dos verba et gesta realizados no seio da assembleia cristã (p. 11).*

E ainda: “A teologia da assembleia, que animava Joseph Gelineau, permitia-lhe refletir e falar com justeza e pertinência sobre toda uma série de assuntos ligados à ação litúrgica” (p. 12).

A primeira contribuição desta coletânea é o artigo de André Jacquin sobre **A eclesiologia de Joseph Gelineau: a serviço das assembleias celebrantes**. Entre outras coisas, informa que foi o grande liturgista Martimort quem, já em 1947, convidou Gelineau (então com apenas 27 anos de idade), a compor salmos e tropários em francês, com esta argumentação:

*Os fieis não podem aproximar-se da linguagem bíblica e da liturgia se não cantarem os salmos em sua própria língua, pois são esses poemas, os salmos, a chave da linguagem bíblica e da linguagem litúrgica (p. 14).*

Quanto à assembleia litúrgica, a cujo serviço Gelineau dedicou sua vida, Jacquin escreve:

*Ele despertou as assembleias cristãs conduzindo-as a um tipo de participação privilegiada: o canto comum. De mudas que eram, muitas vezes, desde há séculos, as assembleias se tornaram aos poucos “cantantes” e foram tomando consciência de serem “assembleias do Senhor” (p. 16).*

Esse, aliás, é o título de um de seus livros mais famosos: “*Em vossas assembleias*”, lançado primeiro em italiano, após o Concílio e, logo depois, em 1971, em francês, com sucessivas reedições. Novamente Jacquin: “Como bom observador da vida eclesial, J. Gelineau constata que as assembleias se diversificam, enquanto a liturgia praticada nas eucaristias paroquiais é muito frequentemente uniforme e monolítica”. Em 1999, prestes a completar 80 anos, Gelineau volta à carga com um opúsculo que se apresenta como “*livres propostas sobre as assembleias litúrgicas*”, com onze pequenos capítulos<sup>3</sup>. Ao tratar da oração eucarística, afirma:

<sup>3</sup> No original “*Libres propos sur les assemblées liturgiques*”. A palavra francesa “*propos*” não significa bem “proposta”, mas “reflexão”, “conceito”, “proposição”...



*O ato mais importante da reforma litúrgica do Vaticano II foi permitir ao povo reunido compreender a Palavra de Deus. E o mais ousado dessa reforma foi sem dúvida fazer esse mesmo povo compreender a grande prece de ação de graças a Deus pela maravilha do Mistério Pascal (p. 23).*

Ainda quanto às nossas assembleias, como fazer, pergunta Gelineau mais de uma vez, para que elas “se assemelhem à noiva descendo do céu, preparada para o Esposo?” (p. 25). Na p. 26 encontramos um “Resumo” da contribuição de Jacquin.

Marie-Gérard Dubois apresenta “**O padre Gelineau através de ‘La Maison-Dieu’**”. Ele começa advertindo que os artigos do Padre Gelineau nessa revista não apresentam todo o seu pensamento, expresso também em outras revistas e numa dezena de livros. Apresentam, porém, o essencial do seu pensamento, inclusive em sua evolução, desde o primeiro deles, datado de 1945. Dubois observa que

*a insistência do padre Gelineau na participação do povo, que era também a do Centro de Pastoral Litúrgica, CPL, não foi bem compreendida por certos dirigentes de corais, preocupados com a qualidade do canto. Não se iria, em nome da participação de todos na liturgia, deixar os corais de lado? (p. 30).*

Quanto aos “salmos de Gelineau”, vinte e quatro deles foram publicados em 1953, numa tradução que se baseia nos apoios rítmicos, tanto da frase hebraica como da frase francesa, com melodias compostas nos diversos graus da escala conforme os modos tradicionais que se encontram no canto gregoriano. Alguns desses salmos já haviam sido testados dois anos antes, num congresso do CPL, despertando grande entusiasmo. Em 1957 realizou-se, em Paris, o III congresso internacional de Música Sacra, “à luz da encíclica *Musicae Sacrae Disciplina*, de Pio XII”, publicada em 1955, suscitando no padre Gelineau uma série de questionamentos, inclusive sobre o gregoriano como “canto do povo” (p. 33).

Quando, após a promulgação da *Sacrosanctum Concilium* em 1963, uma das primeiras preocupações da reforma litúrgica foi a das traduções dos textos latinos. Pe. Gelineau envolveu-se muito nesse assunto insistindo nas exigências do canto, conforme se trate de aclamações, de cantilação, de hinos. Numa análise da *Instrução Geral do Missal Romano*, Gelineau “acha digno de nota que ela tome seu ponto de partida no Povo de Deus que se reúne para a Eucaristia” (p. 38), levando em conta a significação profunda dos diversos momentos da celebração, que o canto deve respeitar e colocar em relevo. Quanto à Liturgia das Horas,



ele insiste em que “essa oração não é uma especialidade dos monges ou clérigos, mas pertence a todo batizado” (p. 40). Outra preocupação constante do Pe. Gelineau foi a sua advertência a não se fazer da liturgia uma “celebração da vida” dos participantes (p. 41), como tantas vezes foi moda por aí, mas a celebração do mistério pascal em nossa vida. Cito: “Não se pode secularizar a liturgia. Para o cristão, celebrar a verdadeira vida não é celebrar qualquer coisa deste mundo, mas alguém, Jesus ressuscitado, que nos conduz ao Pai” (p. 42). Quanto a várias das sugestões do padre Gelineau,

*elas supõem mais ou menos que se modifique a organização ritual da liturgia. Ele deseja que se tenha confiança na prática viva das assembleias celebrantes, que poderiam ter por resultado formas de agir mais satisfatórias. E é aí, pondera Dubois, que essas sugestões trazem dificuldade (p. 46).*

Sylvain Carron estuda a relação entre **Joseph Gelineau e a *Universa Laus***, a associação internacional e ecumênica de música litúrgica surgida em 1966, embora já preparada desde 1961. Nesse meio tempo fora criada, em 1963, como organismo oficial da Igreja católica, numa linha conservadora, a *Consociatio Internationalis Musicae Sacrae*. Gelineau toma cuidado em deixar claro que não deveria haver concorrência entre as duas agremiações, mas partilha das reflexões e experiências. Ele fala também de uma “pastoral musical”, para deixar claro a preocupação primeira com a assembleia em celebração antes que com os aspectos musicais separados de seu contexto vivo (p. 55). Ainda segundo Gelineau, é preciso atender a

*quatro critérios que tomam o valor de arquétipos do canto da assembleia pós-conciliar: a universalidade de princípios geradores da música litúrgica, a ligação com a tradição – ao mesmo tempo permanente e sempre atualizada – a relação com o rito celebrado, e o valor pastoral que assume o canto para os fieis (pp.55-56).*

Logo após a fundação oficial da *Universa Laus*, seus responsáveis escrevem a Paulo VI, nestes termos:

*Convencidos do valor da tradição musical da Igreja, que não cessamos de perscrutar, e ao mesmo tempo preocupados em prover aos fieis uma expressão musical em melhor sintonia com as formas de uma liturgia renovada, trabalhamos, há vários anos, na abordagem das disciplinas litúrgicas, estranhos a todo espírito de partido... (p. 62).*



Paulo VI acolheu os termos da carta e abençoou a nova associação. Entretanto, foram-se levantando oposições e intrigas, não só contra a *Universa Laus* mas também contra o próprio *Consilium* da reforma litúrgica. Pouco depois, numa carta ao padre Gelineau, o Cardeal Dell'Acqua, Secretário de Estado do Vaticano, escreve:

*Desejo vivamente que, estando dissipado todo mal-entendido, uma frutuosa colaboração possa instaurar-se entre a Universa Laus e a Consociatio, conforme os fins específicos de cada associação* (p. 65).

O quarto capítulo, de Philippe Robert, apresenta a ideia-força do padre Gelineau: “**A música a serviço do rito e da palavra**”(p. 69). E começa lembrando que “Gelineau está na origem da redescoberta não somente da salmodia em francês, mas também de outras formas do canto litúrgico presentes na celebração, p. ex., o hino, o tropário, a ladainha”. Quanto ao livro “*Canto e música no culto cristão*”, publicado em 1962<sup>4</sup>, o próprio Gelineau explica: “Quase ninguém tentou levantar a questão de como a música deve servir, em cada um de seus momentos, à ação litúrgica celebrada, e como ela deve ser proveitosa àqueles que a celebram, partindo de um estudo dos ritos e de sua celebração”. Desse estudo brotou a noção de “canto ritual”. E a “palavra ritual”, em determinado rito, “só encontra sua forma plena e perfeita quando se torna musical” (p. 72). No seu último livro, *Os cantos da missa em seu enraizamento ritual*<sup>5</sup>, Gelineau parte das “duas concepções fundamentais do canto na liturgia, a saber: sua dimensão ritual, e sua tarefa de colocar a palavra em evidência” (p. 72). E adverte contra o perigo de “se ocupar em cantar, sem mais se preocupar com o rito em questão”. Quanto aos textos musicados, sua qualidade deveria melhorar: “eles deveriam inspirar-se nas grandes fontes da oração comum: a Sagrada Escritura e a Liturgia. O canto popular deve ter um fundo teológico que sirva ao ensino, ao mesmo tempo que à oração” (p. 73).

Quanto ao canto dos salmos, ele demonstrou que é “possível e fácil a solução baseada na volta periódica dos acentos tônicos”, solução que logo se difundiu internacionalmente. É graças a essa “fácil solução” que nós temos, no Brasil, a possibilidade de cantar toda a salmodia da

<sup>4</sup> No Brasil, em 1968, pela editora Vozes.

<sup>5</sup> No Brasil, publicado por Paulus, nesta coleção, em 2013.



Liturgia das Horas, possibilidade que devemos, desde 1995<sup>6</sup>, entre outros, ao nosso benemérito pe. José Weber. Quanto ao “salmo responsorial”, o “único salmo que se executa por si mesmo na liturgia” (p. 76), lembro-me daqueles anos em que, equivocadamente, se compunham e se cantavam “cantos de meditação”... O “*Tratado de Salmodia*” de Gelineau, em 1993, é por ele resumido nestas três frases: “o salmo é poema, o salmo é canto, o salmo é oração” (p. 77). A propósito, ele convida cada fiel a “não somente cantar o refrão, mas a de algum modo ‘comer’ a Palavra inspirada, com toda a assembleia que salmodia” (p. 78). A conselho de Martimort, inspirou-se no “*tropário*” das liturgias orientais, para enriquecer a composição do canto processional da entrada. Lembro-me de que Mons. Amaro Cavalcanti, de tantos méritos no canto litúrgico do Brasil, pediu-me para experimentar essa forma numa missa do Advento e noutra do Natal, em 1967, sobre textos do poeta Armindo Trevisan<sup>7</sup>. Pediu-o também a Frei Joel Postma ofm, citado na nota 47 da p. 81.

Uma distinção interessante, talvez um pouco subtil, é a que Gelineau faz entre o **Hino** e o canto estrófico. Segundo ele, o hino é constituído de uma série de estrofes idênticas, cantadas com a mesma melodia (p. 82). Baste lembrar, do século IV, os hinos de Santo Ambrósio, na Igreja do Ocidente, e os de Efrém o Sírio, na Igreja do Oriente. Na Liturgia das Horas, temos agora verdadeiras joias desse gênero, devidamente traduzidas em nossa língua. Segundo o articulista, “o hino após a comunhão é uma boa surpresa do *Ordo Missae* de 1969”. E continua: “Graças ao hino, redescobre-se o canto como ação ritual própria” (p. 83). No seu último livro<sup>8</sup>, “após ter localizado o hino na história do canto litúrgico, Gelineau o considera nos casos do ‘Glória’ (paradoxalmente, não estrófico<sup>9</sup>), do ‘canto da Palavra’ (é o Hino, opcional, após o Evangelho ou a homilia) e do ‘hino após a Comunhão’” (p. 84). A propósito deste último, escreve: “É um momento forte, que exprime a comunhão de todos os presentes antes da dissolução da assembleia”.

<sup>6</sup> O texto, aprovado em 1993 aqui no Brasil, foi impresso em 1995 por Vozes, Paulinas, Paulus, e Ave-Maria.

<sup>7</sup> O do Advento começava assim: “*No meio de tuas trevas exulta, povo cristão*”... E o do Natal: “*Nasceu um Menino que tem um agrado de pão pequenino*”... Este último faz parte do repertório do Coral da Catedral de Florianópolis, SC.

<sup>8</sup> É o já citado “*Os cantos da missa no seu enraizamento ritual*”, Paulus, 2013

<sup>9</sup> No Brasil, temos, aprovada, a versão estrófica do “Gloria”, com várias melodias, no Hinário Litúrgico.



Quanto à **Oração eucarística**, padre Gelineau dedicou-lhe especial atenção, “ao longo de todos os seus anos de pesquisas sobre o canto como gesto ritual” (p. 85). Já em 1962, ele abordou a questão no cap. 2º de sua obra *“Canto e música no culto cristão”*. Quarenta anos depois, em 2003, ele resumiu seus “35 anos de pesquisa e de experiências sobre a Oração eucarística na missa romana após o Vaticano II” (p. 86).

*Desde 1974, sua reflexão sobre a musicalização da Oração eucarística orientou-se para a pesquisa de um “modelo operatório” isto é, de uma forma que propõe constantes de uma repetição a outra, oferecendo possibilidades de variações que fazem que, cada vez, a Oração apareça, ao mesmo tempo, como repetição e como novidade* (p. 87).

Num artigo, em 1980, ele fez uma constatação que, 35 anos depois, nada perdeu de sua validade: “A celebração da Oração eucarística ainda hoje permanece ao mesmo tempo como *o ponto mais fraco e o rito mais urgente*<sup>10</sup> a aperfeiçoar”(p. 88).

Padre Gelineau também ocupou-se da **cantilação** dos textos, típica da tradição da liturgia latina, dedicando-lhe pesquisas e propostas desde 1949, intensificados a partir da introdução da língua vernácula na liturgia, em 1964. A certa altura, além de outros problemas, ele constata que “o recitativo não mais faz parte da nossa cultura francesa moderna” (p. 89). E se pergunta: “Será por falta de cantores formados na cantilação? Esse gesto vocal, essencialmente ligado à função ritual do canto na liturgia, resta ainda a ser descoberto” (p. 90).

Quanto aos **cantos do Ordinário** da missa, considerados como um conjunto musical desde o século XIV, a constante preocupação de Gelineau com a ritualidade do canto o leva a escrever, num artigo em 1965, que “do ponto de vista dos ritos, o Ordinário não existe” (p. 91). Ele próprio escreveu várias “Missas”, a última delas no ano 2000, progressivamente preocupado em que “cada um dos cantos estivesse de acordo com sua função ritual. Por isso também, elas incluíam mais cantos que as cinco peças habituais” (p. 92). Em resumo, respondendo à pergunta sobre a “herança” de toda a obra do padre Gelineau, Robert responde: “Reteremos principalmente a preocupação *pela função ritual do canto litúrgico*<sup>11</sup>: não

<sup>10</sup> Grifos meus.

<sup>11</sup> De novo, grifos meus. Aqui me parece resolvida a dificuldade que eu tenho com a expressão “música ritual”, preferida entre nós pelo frei Joaquim Fonseca. Penso que a expressão certa para a música pós-conciliar é, simplesmente, “música litúrgica”. A qual, para sê-lo devidamente, tem o seu “*enraizamento* ritual” (cf. o título do último



por preocupação formalista, mas porque isso está intrinsecamente ligado à natureza da liturgia. Essa é a condição *sine qua non* para que o canto desempenhe verdadeiramente a sua função na ação litúrgica, a saber, que ele nos inicie numa realidade invisível, a do mistério celebrado” (p. 92). Nas pp. 93 e 94, o resumo do artigo de Philippe Robert.

“**Atualidade da obra do padre Joseph Gelineau**” é o título do último capítulo do livro, escrito por Martin J. M. Hoondert. Ele começa afirmando que o livro *Canto e Música no culto cristão*, publicado em 1962, às vésperas da inauguração do Concílio, e logo traduzido em cinco línguas, inclusive no Brasil<sup>12</sup> “iria dar a direção do desenvolvimento da música litúrgica na Igreja católica a partir de então” (p. 95). Diz também que essa obra “é um clássico, isto é, um livro cuja autoridade continua reconhecida por todos. [...] e que as questões que Gelineau colocava em 1962 continuam pertinentes... mesmo se agora elas são formuladas em contexto diferente” (p. 96). Assim, ele nos ajuda a responder à pergunta: “Como a música recebe uma significação religiosa?” (pp. 98-99). Tratando da “música como rito”, uma das grandes ideias-força de Gelineau, Hoondert observa: “Não precisamos voltar muito longe na história da Igreja para perceber que a música ficou isolada, durante séculos, da realização efetiva da liturgia” (p. 99). Sobre a música como “servidora da liturgia”, Gelineau apoia-se em três princípios que, de certo modo, repercutem o “motu próprio” de Pio X<sup>13</sup>: 1) ela deve evitar o ‘profano’<sup>14</sup>; 2) ela não serve a si mesma; 3) ela não pode prejudicar o rito. Segundo Hoondert, “com esta abordagem da música ‘servidora’, ele se inscreve numa longa tradição que começa com Agostinho e se prolonga até o papa Bento XVI” (p. 101). Ora, sob outro ponto de vista, ainda segundo Hoondert, a música “não é servidora, mas é por si mesma sacramental” (p. 102).

Quanto à distinção entre **música “sacra”, “litúrgica”, e “religiosa”**, Hoondert reflete longamente (pp. 103-107), inclusive sobre a possibilidade de distinguir entre um *rock* profano e um *rock* cristão. Pessoalmente, estou convencido de que é o *texto* da música que a torna litúrgica ou não, dentro de um determinado *rito*, não o estilo. E dou

---

livro do padre Gelineau), isto é, não pode perder de vista a sua “*função ritual*”, no rito litúrgico respectivo.

<sup>12</sup> Seis anos depois, em 1968, pela Editora Vozes, de Petrópolis, com o subtítulo: “Princípios, leis e aplicações”.

<sup>13</sup> *Tra le sollicitudini*, de 1903

<sup>14</sup> E o que é “profano”?



um exemplo de Mozart: o estilo do longo e sublime “*Et incarnatus*” da Grande Missa em Dó menor, K 427, solo de soprano, não se diferencia, a não ser pelo texto, de uma das belas árias de ópera do mesmo autor. É o texto que a torna *sacra*, embora não, pelos parâmetros do Vaticano II, *litúrgica*. É nesse sentido que costumo reservar o termo “música sacra” para o imenso e precioso repertório multissecular em latim: gregoriano, “ars nova”, polifonia... incluindo o moderno *Requiem* de Lloyd Weber (1982). Já o termo “música litúrgica” fica reservado para as composições em vernáculo compostas para determinado rito, numa ação litúrgica, com a devida participação da assembleia. A propósito da “participação”, Hoondert observa, não sem alguma razão, que “o slogan<sup>15</sup> do Movimento Litúrgico, resumido nas palavras latinas *participatio actiosa*, libertou-se de suas conotações ativistas, e o valor da escuta como forma de participação vai se tornando sempre mais reconhecido” (p. 109).

Sobre a “tarefa do compositor e do músico de igreja”, Hoondert questiona a afirmação de Gelineau: “... a música é um sinal do Mistério somente no próprio ato da execução ritual” (p. 110). E afirma:

*O músico de igreja tem também uma tarefa de serviço, que Gelineau limita à liturgia e à igreja, mas que, na minha opinião, é mais ampla. O músico de igreja tem uma tarefa diaconal que se dirige à nossa cultura como sistema de significações... e, às suas várias qualidades, deve juntar a “competência ritual”.*

E conclui: “Pleiteio, portanto, a favor de uma interação sempre maior dos estudos sobre a ritualidade para a formação do músico de igreja” (p. 110). Na p. 111, o resumo do capítulo.

Agora, **algumas observações** sobre o texto como tal: 1) na p. 7, pela metade, em vez de “*aquele* dos outros”, traduzindo o francês *celui de*, deve ser “*o* dos outros”. Isto, mais vezes ao longo da tradução, p.ex. p. 24, nota 22; p. 49, 2ª alínea etc. 2) na p. 9, pela metade, em vez de “atitude reticente dos padres”, deve ser “dos Padres”, com maiúscula, ou, melhor, “dos Pais”, subentendido, “Pais da Igreja”. 3) na p. 21, pela metade, em vez de “*sejam* muito frequentemente *uniformes e monolíticas*”, deveria ser no singular, “*seja...*”, porque o sujeito é “a liturgia”. 4) na p. 28, quase no fim, em vez de “a liturgia não *utiliza* senão o latim”, deve ser: “*não utilizava*”. 5) na p. 34, quase no fim, em vez de “*das quais* uma das fontes”, deve ser: “*da qual* uma das fontes”, ou, “uma de *cujas* fontes”. 6) na p. 39, no

<sup>15</sup> No texto do Pe. Weber, o termo “adágio” ficou ambíguo.



início da 2ª alínea: “certa densidade, *que* um simples salmo com refrão *não* podia dar”, não: “*ou* um simples salmo... *que*...”. No final da mesma alínea: “adicionou a estes *algumas* propostas”, em vez de, incompreensível, “a estes propostas”. 7) na p. 43, fim da 2ª alínea: “Será que *as* práticas abrem”, não “*nas* práticas”. Quase no fim da página: “*Ela* não apela a uma partilha”, não “*Ele*...” 8) na p. 45, em baixo: “Como se pode *adaptar-se*”, não “se pode se adaptar”. 9) na p. 46, início da 2ª alínea: “Além do fato *de* que”, não “do fato que”. 10) na p. 52, 3ª linha da citação: “*em* Maria Laach”, não “*a* Maria...”; pelo final da citação, o nome de *Bugnini* saiu “Bunigni”. 11) na p. 67, no fim do quadro: “em relação *aos* debates”, não “*ao* debates”. 12) na p. 69, fim da 1ª alínea: “cantos litúrgicos de formas diferentes da de...”, não “de diferentes formas daquela de...”. 13) na p. 74, quase na metade: “*como possível, a solução baseada*...” em vez de “como solução possível aquela baseada”. 14) na p. 77, quase no fim: “como *testemunha ativa*”, ele, Gelineau, não “como um testemunho ativo”. 15) na p. 80, na nota 41, faltou citar a edição brasileira. 16) na p. 82, quase no fim da citação: “seja ele *incluído ou não*”, e não “seja ele ou não incluído...” 17) p. 84, na 3ª linha: “de Jesus Cristo *que está*”, não “que ele está”. Na nota 60, a edição brasileira é atribuída à Editora francesa, quando evidentemente é da Paulus! 18) p. 86, quase no fim da citação: “*toda* repetição de refrãos... *esgota-se*”, não “esgotam-se”. 19) p. 93, em cima: “o anúncio do Evangelho... *possa* tocar”, não “possam”. 20) entre as páginas 95 e 110, todas as notas que citam GELINEAU fazem-no equivocadamente como GELINAEU. 21) na p. 108, pelo final da 3ª alínea, aparece o substantivo holandês *miswekenwerk*... que mereceria ser traduzido. 22) na p. 110, pelo começo da 2ª alínea: “No entanto, *cade* ao músico de igreja”, e não: “sucede ao músico”.

**Concluindo**, parabéns ao Frei Joaquim (organizador) e ao Pe. Weber (tradutor) por enriquecerem a prestigiosa coleção “Liturgia e Música”, da Paulus, com mais este volume dedicado ao Pe. Gelineau e à sua obra. São dois aperitivos substanciais – este vol. 11 e o vol. 9 da coleção – para o conhecimento das intuições, questionamentos, propostas, desse autêntico “músico de igreja” que dedicou sua longa e frutuosa vida ao aperfeiçoamento da música litúrgica, num trabalho que se inseriu plenamente nos princípios e determinações da reforma promulgada pelo Vaticano II na *Sacrosanctum Concilium*.

*E-mail do Recensor:*  
ney.brasil@itesc.org.br



PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL. *Formação para agentes da Pastoral Carcerária*. São Paulo: Paulus, 2014, 21 x 13,5cm, 86 p.

PASTORAL CARCERÁRIA CNBB. *Agentes da Pastoral Carcerária, Discípulos e Missionários de Jesus Cristo*. Brasília: Edições CNBB, 2013, 21 x 13cm, 68 p.

*Ney Brasil Pereira\**

Os dois livretos abordam o mesmo tema, mas de maneira bem diferente. O primeiro, excelente. O segundo, infelizmente, apesar de ter a chancela de “Edições da CNBB”, não se sabe bem o que pretende e necessita, urgentemente, de uma total revisão, antes que se reedite. Aliás, de repente, já terá sido reeditado, é pena.

Início apresentando o primeiro. Na contracapa deste excelente livreto de formação “**para agentes da Pastoral Carcerária**”, publicado pela Coordenação Nacional desta pastoral, leem-se dois parágrafos excelentes, que cito a seguir, grifando alguns trechos: “O desrespeito à dignidade humana promovido pelo sistema carcerário brasileiro é *alarmante e vergonhoso*, é violência contra a vida de mulheres e homens. Tendo como motivação e espiritualidade o Evangelho de Jesus (destacadamente Lc 4,18-19), a Pastoral Carcerária entende que *nenhuma forma de prisão promove o ser humano* ou reconcilia as pessoas e as comunidades. Ao contrário, o encarceramento e as prisões aprofundam dramaticamente as hostilidades, o ódio, a vingança, a marginalização, os privilégios de alguns poucos e as violências contra muitos.

Uma sociedade efetivamente fraterna e justa passa, essencialmente, pela *eliminação de toda e qualquer forma de cárcere*. [...] O cárcere não é sinônimo de segurança, de paz e de justiça. O sistema carcerário é, na realidade, *um instrumento que serve para manter a desigualdade social e violentar as pessoas e as classes mais desprotegidas e marginalizadas*. Ele existe justamente para cumprir esses propósitos. Tragicamente, portanto, *não há sistema carcerário falido*. Por isso, o trabalho evangelizador da Pastoral Carcerária tem sentido e significado profético à medida em que não perde seu objetivo maior: **a busca de um mundo sem cárceres!**”

Apesar de tudo, mesmo porque as prisões e o sistema prisional existem, a Pastoral Carcerária (PCr) está comprometida em visitar as cadeias, presídios, penitenciárias, em cumprimento da palavra de Jesus: *Eu estava preso, e vocês me visitaram* (Mt 25,36). E para que esse ministério seja ser melhor exercido, este pequeno manual, sintético, enxuto, bem feito, nos

\* O recenseador é Padre, Mestre em Ciências Bíblicas, professor da FACASC, e coordenador da Pastoral Carcerária em Florianópolis, SC.



é oferecido em boa hora. Como se lê na própria introdução, “nada nesta apostila é novo, tudo já foi dito, comentado e escrito em encontros, em outras apostilas ou palestras” (p. 5). Mas neste livreto estão justamente reunidas “essas informações, palestras, falas e escritos, de uma maneira mais sistemática, organizada, numa ordem que facilita aos novos agentes entender e melhor se preparar para essa ação missionária” (ibid.).

O livrinho é organizado segundo o método adotado pela CNBB: ver, julgar, agir.

Após a introdução, segue o VER: A realidade carcerária. A realidade da pessoa presa. O que são direitos humanos. O que é Pastoral Carcerária (pp. 9-18). Depois, o JULGAR:

Mística e espiritualidade. Elementos da espiritualidade do agente da PCr. Luz da PCr. Reino de Deus e o mundo sem cárceres (pp. 19-27). Enfim, o AGIR: Um mundo sem prisões. Como participar da equipe da PCr. O que fazer no presídio. Como se aproximar da pessoa presa. Trabalho com as mulheres no sistema prisional. A PCr e suas atividades. Organização da PCr no âmbito internacional, nacional, estadual/regional, diocesano, paroquial. A pessoa presa e seus direitos e deveres. Alternativas à pena de prisão: penas alternativas, práticas restaurativas (perdão e reconciliação). Parcerias (pp. 29-49). Anexo A: Lista de órgãos públicos e entidades que atuam na realidade carcerária (p. 51-52). Anexo B: Regimento interno nacional (pp. 53-60). Anexo C: Regimento interno estadual (pp. 61-71). Anexo D: Legislação que assegura o direito à assistência e à visita religiosa da pessoa presa (pp. 73-84). Recomendo vivamente este opúsculo.

Quanto ao segundo, do qual disse acima umas coisas muito negativas (!), parece visar a “*formação cristã nos cárceres*”, apresentando “o agente da PCr como animador para a *formação cristã nos cárceres*” (pp. 14-16), e “a pessoa presa como animadora para a *formação cristã nos cárceres*” (pp. 17-18)... Mais adiante, trata da “missão do agente da PCr para a *formação cristã nos cárceres*” (pp. 25-29) e aborda, detalhadamente, a “metodologia da *formação cristã no cárcere*” (pp. 33-42)... Mas eu me pergunto: é esse, mesmo – “a formação cristã no cárcere” – o objetivo da Pastoral Carcerária? A meu ver, e segundo o que se infere do primeiro livreto, acima, o objetivo da PCr, o fundamental, é *visitar o preso* (cf. Mt 25,35!), não “formá-lo”: ele é o sujeito, não o objeto da nossa visita.

Nesse sentido, questiono a formulação do apresentador do livreto, Dom Jacinto Bergmann, que vê como “objetivo primordial da PCr a educação, a celebração e a concretização da fé dos irmãos e das irmãs que vivem e trabalham (?) nas prisões”, os quais “passam agora a contar com este valoroso (sic) instrumento de ajuda: o ‘Manual de Formação Cristã da Pastoral Carcerária Nacional’” (p. 5). Creio que, para quem conhece a situação real de boa parte (da maioria?) dos estabelecimentos penais “deste país”, esse objetivo não assenta os pés no chão.



Por isso mesmo, estranho os “Agradecimentos” do Pe. Valdir João Silveira, combativo Coordenador Nacional da PCr, quando afirma, na p. 64, que “este material... foi produzido com muito diálogo e muitas cabeças pensantes”, é “um rico trabalho de informações” e constitui-se num verdadeiro “Manual de Formação Cristã”... Na “Introdução” (pp. 7-8), do mesmo Pe. Valdir Silveira, fala-se de “dois subsídios”: um, seriam as “Diretrizes para os agentes da PCr”, isto é, este “Manual”; o outro, seriam os “roteiros de *formação cristã nos cárceres*”. Mais uma vez, aqui, a insistência nessa, para mim utópica, “formação cristã nos cárceres”!

Cito, ainda, da “Introdução”, esta síntese do “Manual”: “O Manual foi montado numa sequência de formação. Primeiramente fornece orientações e esclarecimentos para quem será animador; no segundo momento, apresenta uma metodologia e uma dinâmica própria para o trabalho; e, em terceiro, insere instrumentos legais para assegurar este trabalho em todas as unidades prisionais do país” (p. 7)...

Faltou um trabalho atento de revisão a todo o texto. O exemplar que li e sublinhei, frase por frase, ficou marcado por interrogações e correções, tanto em relação ao conteúdo como quanto à própria redação. É pena, num texto de certo modo oficial, publicado como “edição da CNBB”. Chamou-me a atenção, por exemplo, na p. 51, esta frase estranha, denotando uma concepção eucarística pré-Vaticano II: “Estar com a pessoa presa é *sentir-se no sacrário com o Cristo preso...*” (p. 51). Enfim, veja por si mesmo o leitor.

Termino esta breve resenha, com uma referência ao papa Francisco. Ele, cujo interesse pelos presos e pela PCr é notório, tem repetidamente falado do “mistério” percebido na pessoa presa. Num dos seus primeiros pronunciamentos a esse respeito, falando aos capelães da prisões italianas, em 23-10-2013, assim falou: “Quando eu recebia uma carta de um deles, em Buenos Aires, ia visitá-lo; agora, quando ainda me escrevem de Buenos Aires, às vezes telefone-lhes, especialmente aos domingos, para conversar. Depois, quando termino, penso: *por que ele está lá, e não eu, que tenho muitos motivos para estar ali? Faz-me bem pensar nisto: pois as debilidades que nós temos são as mesmas, por que ele caiu e não eu?* Para mim, trata-se de um mistério que me faz rezar e aproximar-me dos encarcerados”. A seu modo, esses dois opúsculos analisados nos ajudem, também a nós, a “rezar e aproximar-nos dos encarcerados”.

*E-mail do Recensor:*  
ney.brasil@itesc.org.br